

6

**Caderno
de debates**

CONTRIBUIÇÕES SETORIAIS



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO**
PSOL





Contribuições Setoriais





Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta

Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta

Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro

Stenio Matheus de Morais Lima

Diretora de Comunicação

Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais

Daniel Morais Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico

Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais

Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampayo Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos

Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.

Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Caderno de Debates Contribuições Setoriais

Organização

FLCMF e PSOL

Projeto Gráfico e Direção de Arte

Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão

Daniel Angelim

Diagramação

HPDesign

Revisão

Carolina Peters



Sumário

MULHERES**Contribuições para a atualização
programática do PSOL**

Setorial Nacional de Mulheres do PSOL

06

NEGRAS E NEGROS**Contribuição ao programa PSOL+20**

Setorial de Negritude do PSOL

14

MULHERES

Contribuições para a atualização programática do PSOL

Setorial Nacional de Mulheres do PSOL



Se hoje nos afirmamos feministas, se deve ao marco da luta internacionalista e socialista das mulheres, um processo de revolução, de transformação social profunda. Não à toa o dia 8 de março, que é o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, foi proposto em 1910 por Clara Zetkin durante um evento que reunia milhares de mulheres socialistas na Dinamarca, e está conectado com uma série de eventos históricos relacionado à luta das mulheres enquanto classe trabalhadora na Rússia, nos Estados Unidos e em países europeus do século XX. E, estando em um país como o Brasil, onde o sistema escravocrata perdurou por mais

de três séculos, é inegável constatar na nossa origem a luta das mulheres indígenas contra os colonizadores e das negras escravizadas contra o sistema que as explorava enquanto mulheres e enquanto povo.

Com ações anti-imperialistas e antissistêmicas, as feministas colocaram a luta contra a exploração do trabalho, por direitos e pela construção de uma nova sociabilidade no centro da construção de uma sociedade socialista. Usando a greve como ferramenta para exigir o fim da guerra, o fim da desigualdade nas condições de trabalho e a igualdade salarial, para denunciar a escassez de alimento e a falta de acesso à terra, para reivindicar a redução da jornada de trabalho e o fim do tra-

balho infantil, a consigna “Paz, pão e terra” foi a chama necessária para a inauguração da Revolução Russa.

Com mais de 20 anos de existência socialista e feminista, o PSOL teve a sua origem protagonizada pelas mulheres, que em seu programa fundacional inseriram reivindicações concretas, como igualdade salarial, creches públicas, casas-abrigo, manutenção das empresas estatais e a legalização do aborto. A auto-organização das mulheres na Setorial de Mulheres, a compreensão e a necessidade de enfrentar o machismo, a estrutura patriarcal, desde dentro, está ilustrada no marco importante da atuação da Setorial na aprovação da paridade entre os gêneros em todas as instâncias de direção partidárias em 2013, no IV Congresso Nacional do PSOL. Hoje podemos afirmar com toda a certeza que o acúmulo das mulheres em diversos movimentos feministas, sindicais e outras organizações políticas foram e são importantes para a trajetória da luta e conquistas feministas no PSOL.

Quando nos reivindicamos feministas socialistas, anticapitalistas, anti-imperialistas, antirracistas, anti-patriarcais, anticolonialistas, trasinclusivas, anticapacitistas e antiproibicionistas, partimos também de um contexto territorial brasileiro e latino-americano, no qual não podemos negar que o nosso feminismo é existência prática, concreta, palpável a partir do que as mulheres negras, indígenas e periféricas constroem de resistência

territorial desde a invasão dos colonizadores. Se hoje conseguimos carregar conosco os horizontes de uma revolução ecossocialista e feminista, isso se deve com certeza às práticas revolucionárias que já acontecem de forma coletiva e autogestionada pelas mulheres em seus territórios.

Ao plantar mandioca, milho, abóbora juntas, as mulheres provam desde as aldeias e das origens dos quilombos e roçados que a solução é a diversidade, distribuição justa da riqueza, a reforma agrária, e não o trabalho escravo, o latifúndio, a monocultura, nem os transgênicos e agrotóxicos. Defendemos um feminismo que é popular, comunitário e que coloca a vida e o respeito aos saberes ancestrais no centro da economia. Ao expulsar multinacionais, grandes empresas e megaprojetos estatais de seus territórios, as mulheres evidenciam a luta contra o neoliberalismo e suas privatizações em uma prática feminista que entende: defender o território e os bens comuns da natureza é defender o nosso futuro. Por isso, podemos afirmar que nosso futuro é ancestral. Tal ancestralidade ainda é percebida nos grandes conglomerados urbanos, nas favelas e ocupações (erguidas em sua maioria por pessoas negras), principalmente nos espaços coletivos, como as hortas comunitárias, as cozinhas solidárias (que se multiplicaram na época da pandemia e que ainda se mantêm) ou ainda outros espaços eminentemente formados por mulheres e voltados

para toda a comunidade.

Vivemos um momento de intensificação do colapso ambiental, com a destruição acelerada dos ecossistemas, eventos climáticos extremos, escassez de água, insegurança alimentar e degradação da biodiversidade. Essa crise civilizatória não atinge a todas da mesma forma: é atravessada por classe, raça e território. O racismo ambiental se expressa na localização de lixões, indústrias poluentes, barragens e grandes empreendimentos em áreas habitadas por comunidades negras, indígenas e periféricas, expondo essas populações a riscos e doenças. Mulheres desses territórios são as primeiras a sentir os impactos da degradação ambiental e as primeiras a responder com formas de resistência baseadas na coletividade, no cuidado com a terra e na defesa da vida. Denunciar e enfrentar o racismo ambiental e a crise climática é uma tarefa central de um feminismo ecossocialista e popular que compreende que não há justiça social sem justiça ambiental.

As mulheres do Partido Socialismo e Liberdade propõem um feminismo popular, ecossocialista, indígena, negro, interseccional, comunitário e transfeminista, ancorado na compreensão de que não há uma única experiência de ser mulher. As vivências femininas são múltiplas e atravessadas por determinantes como classe, raça, território e identidade de gênero. Tal perspectiva reconhece a necessi-

dade de fortalecer a pluralidade das lutas feministas e de ampliar alianças para o enfrentamento coletivo das estruturas patriarcais, racistas, lesbofóbicas, transfóbicas e capitalistas que perpetuam a opressão das mulheres em suas diversas formas de existência.

A crítica feminista ao capitalismo revela que a manutenção das desigualdades é um elemento estrutural da lógica de acumulação de capital. O sistema econômico capitalista exige a exploração de uma maioria, que é composta por mulheres, negros e negras e trabalhadoras/es precarizadas/os, para sustentar os privilégios de uma minoria. A partir de uma perspectiva interseccional e unitária, diversas pensadoras feministas e movimentos sociais apontam que a invisibilização e a desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado constituem formas concretas de violência econômica e política. Esses trabalhos, embora essenciais à reprodução da vida e da força de trabalho, não são reconhecidos nos indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), e tampouco são remunerados de forma justa.

A divisão sexual-racial do trabalho opera como um dos alicerces das desigualdades de gênero, sustentando a exploração das mulheres, especialmente no âmbito doméstico e dos cuidados. A superação dessa lógica exige transformações estruturais nas relações sociais e econômicas, com desta-

que para a coletivização do cuidado, o reconhecimento do trabalho não remunerado e a desconstrução dos papéis de gênero impostos. Entre as pautas prioritárias nessa luta estão a valorização da economia do cuidado, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o fim da escala 6x1, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, a revogação da Lei de Alienação Parental e o enfrentamento à violência política de gênero e raça. Para as mulheres trabalhadoras, derrotar escala 6x1 é uma necessidade básica para poder descansar, estar com os seus e se organizar na luta.

O reconhecimento do cuidado como fundamento da vida e elemento organizador da sociedade capitalista demanda sua afirmação como direito social e dever do Estado. Nessa direção, é fundamental a construção de uma política nacional de cuidado que promova a partilha equitativa de responsabilidades entre Estado, famílias e comunidades. A ampliação de uma rede pública de cuidados, incluindo creches e escolas em tempo integral, centros-dia para idosos, lavanderias, mercados e farmácias populares, hortas e cozinhas comunitárias, é estratégica para romper com a lógica da individualização e do predomínio das mulheres no trabalho do cuidado, ampliando a justiça de gênero. É importante reafirmar a defesa das políticas sociais de conjunto, que em um país com altos índices de desemprego e trabalho informal são determinantes

para a reprodução da vida da classe trabalhadora. Portanto, a defesa dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988 – com a reconstrução e ampliação do investimento nos sistemas de Educação e Saúde como políticas universais, em regimes justos de Previdência Social e no fortalecimento das políticas de Assistência Social como um direito fundamental da população mais pobre do nosso país – é pilar fundamental do nosso programa. Além disso, é imprescindível a formulação de incentivos e mecanismos que reconheçam o valor econômico e social do trabalho reprodutivo, seja ele remunerado ou não.

A construção de uma política nacional de cuidados, assim como a ampliação da rede pública de serviços essenciais, exige o enfrentamento direto ao modelo de austeridade fiscal imposto ao país nas últimas décadas. Políticas como o teto de gastos e o novo arcabouço fiscal aprofundam a retirada de recursos das áreas sociais e impedem investimentos públicos estruturantes. É preciso defender a revogação das contrarreformas da Previdência, trabalhista, entre outras, e da abertura para o capital privado no gerenciamento da saúde e educação públicas. A luta feminista, portanto, deve se opor frontalmente à lógica da austeridade e da mercantilização das políticas sociais, que impõe às mulheres, especialmente às negras e periféricas, o peso do ajuste, da precarização e do cuidado sem suporte estatal.

No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o movimento feminista afirma a autonomia dos corpos como condição essencial para a liberdade. O direito de decidir se, quando e com quem ter filhos, bem como o acesso a métodos contraceptivos, educação sexual integral nas escolas e em campanhas públicas de conscientização, a humanização do atendimento pré-natal e do parto para pôr fim à violência obstétrica e à mortalidade materna, além da garantia do aborto legal e seguro garantido pelo SUS, compõem a agenda por justiça reprodutiva. A negação desses direitos atinge de forma mais intensa mulheres negras, indígenas, periféricas e pobres, para as quais as barreiras ao acesso são ainda mais significativas. Portanto, as políticas públicas devem garantir o acesso universal a esses direitos, combater a violência obstétrica e promover uma educação sexual baseada em igualdade de gênero, raça, sexualidade e defesa dos direitos humanos.

Outro ponto de destaque é a luta histórica das mulheres pela redução da jornada de trabalho, que também integra a agenda feminista, uma vez que a sobrecarga da dupla jornada afeta desproporcionalmente as mulheres. Afinal, qual a mulher que consegue bem-viver trabalhando seis dias e folgando apenas um? Em que condições essa mulher chega nessa folga? O que resta para além do trabalho em apenas um dia da semana? A defesa de uma jornada reduzida, sem

redução salarial, visa promover uma redistribuição do tempo e do trabalho que favoreça o cuidado e o lazer, contribuindo para uma vida digna e igualitária.

No campo legislativo, destaca-se a luta pela revogação da Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010), cuja aplicação tem sido amplamente denunciada por movimentos feministas e de defesa dos direitos da infância. A lei tem sido usada como instrumento para deslegitimar denúncias de violência doméstica e abuso sexual, frequentemente criminalizando mães que atuam na proteção de seus filhos. A proposta de sua revogação visa interromper esse ciclo de perseguição judicial e violação de direitos, promovendo políticas públicas que garantam escuta qualificada, proteção integral às crianças e justiça de gênero.

Por fim, a violência política de gênero e raça configura uma das expressões mais graves da tentativa de impedir ou isolar a presença e a atuação de mulheres, especialmente negras, indígenas, trans e periféricas, nos espaços de decisão e poder. Essa violência se expressa por meio de ameaças, assédios, ataques virtuais, deslegitimação e, em casos extremos, feminicídio político, como o de Marielle Franco. Assim, defende-se a criação de protocolos de proteção e acolhimento às vítimas, com foco em mulheres negras, indígenas, LBTs e quilombolas; monitoramento e punição de agressões nas redes sociais e durante

campanhas eleitorais; garantia de recursos e estrutura para candidaturas de mulheres negras e periféricas que historicamente foram negligenciadas pelo sistema; e formação política com perspectiva interseccional e feminista nos partidos, sindicatos e instituições públicas.

Além da violência política, o feminicídio e o transfeminicídio seguem sendo expressões extremas da violência patriarcal e cisnormativa. O assassinato de mulheres cis e trans por razões de gênero revela a brutalidade de um sistema que nega nossa humanidade. Mulheres negras, indígenas, periféricas e pessoas trans são as principais vítimas dessa violência letal, que encontra cumplicidade na omissão do Estado. O descaso com denúncias, a impunidade dos agressores, a falta de políticas públicas e a revitimização institucional perpetuam o ciclo de morte e silenciamento. É urgente enfrentar as causas estruturais do feminicídio e do transfeminicídio com uma rede de acolhimento e proteção, políticas de prevenção e combate à violência de gênero, educação para a igualdade e justiça com perspectiva interseccional.

Quando se trata de violência na vida das mulheres, o grande capital acumula riqueza quando monopoliza de forma privada os territórios e os bens comuns da natureza, impondo controle sobre os corpos através da militarização e da criminalização. Em um programa de transição feminista

e ecossocialista é fundamental que a desmilitarização se efetive juntamente com a construção de uma cultura de paz, na qual a desobediência civil seja uma ferramenta que garanta o protagonismo das mulheres na gestão de conflitos (especialmente as mais velhas, cujos saberes acumulados são um subsídio valioso para as novas práticas). Desmilitarizar de forma efetiva significa retirar unidades militares dos territórios; garantir memória, verdade e justiça aos mortos pelas ocupações militares; diminuir incentivos em fabricação e comércio de armas; reduzir despesas militares; combater as milícias nas periferias urbanas, campos e florestas; salvaguardar a demarcação das terras indígenas e quilombolas; e assegurar que os movimentos sociais não sejam injustamente punidos como terroristas ao defender os direitos sociais e da natureza.

A construção de uma sociedade socialista e justa requer o enfrentamento articulado das múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres. A partir de uma perspectiva feminista interseccional, popular e anticapitalista, torna-se possível evidenciar que as desigualdades de gênero, raça, sexualidade e classe estão profundamente imbricadas às estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais vigentes. A centralidade da economia do cuidado, a garantia dos direitos reprodutivos, a valorização do trabalho das mulheres, a proteção contra a violência

política e de todo tipo, e a revogação de dispositivos legais que perpetuam injustiças, como a Lei de Alienação Parental, são pilares fundamentais para a transformação social. Ao colocar a vida, o cuidado e a justiça no centro do

debate político, o feminismo reafirma seu papel estratégico na construção de um novo horizonte civilizatório, onde a dignidade, a igualdade e a liberdade sejam direitos concretos para todas as pessoas. ■



NEGRAS E NEGROS

Contribuição ao programa PSOL+20

Setorial de Negritude do PSOL



Um programa político do PSOL, socialista, democrático, popular e radical, deve ter como base o fato de que o racismo, o patriarcado e o colonialismo foram os pilares da formação econômico-social do capitalismo brasileiro. Não é possível pensar um programa transformador sem considerar que o capitalismo, desde sua origem, foi viabilizado pela escravidão, expropriação de terras e devastação ambiental, processos que recaíram historicamente sobre corpos e territórios negros, que foram racializados como parte de um sistema de produção social e econômica baseado na exploração do trabalho e no controle privado dos meios de produção.

Um Programa Socialista Negro, Popular e Radical

“O marxismo é negro porque a realidade é negra”

O materialismo histórico e dialético é um método legado por Karl Marx, e não um dogma. Ele deve partir da realidade concreta, das formas concretas como, em cada lugar do planeta, ele se viabilizou e foi sustentado a partir de processo de expropriação dos recursos naturais e exploração do trabalho de sociedades e populações inteiras. No caso do Brasil, país que recebeu 40% de toda a Diáspora Africana, ou seja, do total de pessoas africanas escravizadas no mundo ao

longo dos séculos XVI a XIX, o capitalismo brasileiro surgiu a partir da escravidão e da expropriação de povos e territórios. Dessa maneira, como apontou Marx, o colonialismo e o racismo são processos que estão na base de uma acumulação primitiva que garantiu às burguesias europeias, a partir do trabalho escravizado nas colônias, durante séculos, as matérias primas necessárias à revolução de seus processos produtivos. Não é possível, portanto, entre nós, fazer tábula rasa de séculos de acumulação primitiva, que significaram a destruição e drenagem de recursos naturais voltados ao mercado externo e uma das maiores tragédias da humanidade, que foi o tráfico transatlântico de escravizados africanos. Considerar a história do capitalismo apenas a partir do pós-abolição – da consolidação do trabalho livre – ou, o que é pior, da política de Estado de imigração europeia massiva perpetrada no período como forma de branquear a população brasileira, é perpetuar o racismo epistêmico que não apenas nos invisibiliza, mas tem uma visão limitada do que foram os processos concretos de luta e resistência de africanos e seus descendentes e indígenas.

As lutas dos quilombos, a participação negra e de não brancos nos movimentos por igualdade como a Revolta de Búzios (1798), a Revolta de Carrancas (1833), a Cabanagem (1835) e a Revolta dos Malês (1835), o movimento abolicionista e nos primeiros

sindicatos e greves sinalizam que há uma história de luta e resistência negra que ainda é, infelizmente, pouco apreciada do ponto de vista de suas estratégias, sentidos e significados. Suas propostas e objetivos ainda se fazem vivos nas lutas do tempo presente: na luta por moradia, nas lutas sindicais e por direitos, nas lutas dos movimentos ambientalistas, das mulheres, povos indígenas, quilombolas e do próprio movimento negro. Esses movimentos se opõem ao racismo, ao patriarcado, à expropriação de seus territórios, ao latifúndio e ao agronegócio, à violência policial; e lutam por direitos que se contraponham aos efeitos da superexploração do trabalho em todos os quadrantes de nosso imenso território.

Logo, a elaboração do programa do PSOL deve se dar a partir do reconhecimento dos sujeitos negros como protagonistas, compreendendo que a consciência de classe é construída de forma racializada, nos espaços de sociabilidade, e não apenas no local de trabalho.

O programa precisa refletir a experiência da população negra e priorizar formas de organização comunitária e territorial, para além dos modelos tradicionais de democracia burguesa. Nosso partido e mandatos devem apostar em formas de democracia direta, de participação popular, que fortaleçam um sentido de protagonismo popular, que faça o contrapeso necessário à usurpação das institui-

ções pela burguesia, o imperialismo e o capital. Dessa forma, é preciso beber na fonte da tradição radical negra brasileira, que não fez oposição entre a questão racial e a questão nacional, mas as entende de forma complementar. É apenas com a formação de um de um novo bloco histórico e uma prática pan-africanista que não se limite ao discurso, mas que apresente alternativas concretas para o conjunto da classe trabalhadores, que iremos efetivamente consolidar uma vanguarda negra socialista, democrática e popular com capacidade de disputar sentidos e práticas disruptivas no seio da classe trabalhadora.

Para isso, no entanto, é necessário que o PSOL se aprofunde no que entende por políticas estruturais e reparatórias, que incluam renda básica, justiça tributária, fundo de reparação, reforma agrária e urbana, justiça climática e sanitária, combate à violência obstétrica, ao genocídio da juventude negra e à violência policial, como vetores articulados de um programa socialista. Além disso, é preciso alargar a imaginação política para além da Europa e dos Estados Unidos, e ver como na América Latina e em África operam formas contra a ordem, de caráter transformador, para que tenhamos de fato uma perspectiva internacionalista com articulação com lutas dos povos africanos no mundo, retomando a tradição socialista e comunista que tem no pan-africanismo uma importante referência.

Como parte dessa práxis negra – que é secular –, nós, negros e negras do PSOL, somos não a parte do partido, mas sua base e sustentação política e ideológica desde a produção de um programa socialista, democrático, popular e radical para o Brasil do século XXI. O PSOL não pode continuar a repetir os erros históricos da esquerda brasileira, que legou à sua militância negra o papel subalterno de “militantes de base” e “apoiadores” – reproduzindo a divisão racial do trabalho –, em que nós somos o polo que trabalha e constrói as ações e os brancos, os que pensam e formulam em nosso nome. Estamos aqui para dizer que somos negros e negras pensando, formulando e construindo desde a nossa práxis um programa político para um partido de esquerda que deve se colocar como herdeiro das mais avançadas lutas de resistência negra no Brasil, na Diáspora e em África. Já ocupamos espaços de direção, somos parlamentares e figuras públicas e, ao mesmo tempo, fazemos trabalho de base, nos movimentos, construindo uma alternativa democrática, popular e socialista do Brasil.

Dito isso, mesmo organizados como um Setorial do PSOL, não pensamos a questão negra como algo setorizado, mas como elemento estruturante de um programa socialista. Há um aumento da consciência negra em nossa sociedade a partir de diversas variáveis, entre elas, as políticas de ação afirmativa, que estão

em disputa com um setor liberal da burguesia brasileira e internacional, mas podem ser a base para o aprofundamento da crise de hegemonia do capital em nosso país. Esse fato tem potencialmente a condição de configurar um cenário propício para que a luta racial se torne eixo de um projeto popular e soberano.

Presença nos territórios e construção com o povo

Pensar o futuro do PSOL exige olhar para além dos centros urbanos hegemônicos, valorizando territórios vulneráveis e as periferias urbanas. A construção partidária precisa ser enraizada nos territórios e voltada às pessoas comuns, em especial mulheres negras e faveladas. É fundamental reconhecer o protagonismo das mulheres negras, quilombolas, trabalhadoras e trans, denunciando que, em muitos espaços, essas vozes ainda são silenciadas. A formulação programática precisa garantir espaço para essas lideranças e fortalecer a construção de elos coletivos de resistência.

O programa do PSOL precisa ser um instrumento de disputa de poder e de orientação para políticas públicas voltadas à população negra, que constitui a maioria nos territórios periféricos urbanos. Sem ignorar a importância da resistência cultural negra, expressa em tradições como o Candomblé, que devem ser valorizadas como elemento de identidade

e coesão política. O futuro do PSOL e seu programa político devem ser construídos a partir da centralidade da população negra e periférica, articulando uma luta que seja ao mesmo tempo antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. Logo, devemos:

- 1.** Colocar a questão racial como eixo central do programa partidário, não como um tema setorial;
- 2.** Fortalecer o trabalho de base e a presença nos territórios, em especial, nas periferias, favelas e comunidades tradicionais.

Políticas estruturais e reparatórias

A formulação programática do PSOL deve enfrentar o tripé racismo, patriarcado e capitalismo como elementos estruturantes. A luta antirracista não pode ser restrita a datas simbólicas ou ciclos eleitorais, e o parlamento deve ser visto como uma ferramenta de luta, não como fim em si mesmo.

Entre os eixos programáticos centrais, elencamos:

- Ecosocialismo, como combate ao racismo ambiental, garantia de moradia digna, reforma agrária e titulação de terras quilombolas e indígenas;
- Revogação de medidas neoliberais, como a reforma trabalhista e previdenciária, e a derrubada do arcabouço fiscal, considerado uma política racista;

- Fundo de reparação histórica, financiado por recursos públicos, como forma de enfrentar desigualdades estruturais;
- Garantia de renda básica, justiça tributária e serviços públicos universais, incluindo saúde, educação e saneamento;
- Políticas sanitárias e de saúde pública que garantam a vida das mulheres. Combate à violência obstétrica e legalização do aborto;
- Combate ao genocídio, encarceramento em massa da juventude negra, ao avanço das comunidades terapêuticas e à violência policial e política de gênero e raça;
- Desmilitarização da polícia e legalização das drogas;
- Apoio ao julgamento da ADPF 635 – ADPF das Favelas;
- Fortalecimento do movimento negro em uma perspectiva de ação unitária;
- Construção da Marcha de Mulheres Negras;
- Fortalecimento das candidaturas negras e feministas, com estratégias de proteção para mulheres negras no processo eleitoral.

A questão racial em nosso país é estratégica. Faz parte de todo o contexto da vida social brasileira que possui maioria negra, fruto dos 356 anos de escravidão. A abolição, em 1888, não resolveu os problemas centrais. A questão da terra é um problema a ser resolvido. As comunidades quilombo-

las têm seu enfrentamento ao agronegócio e à mecanização da agricultura, que expulsam negros e negras de suas áreas. A forte produção agrícola e os altos índices de pessoas com subnutrição revelam a contradição capitalista no uso da terra. Na educação, temos um misto de sucateamento da infraestrutura pública periférica com a ausência de políticas antirracistas no currículo. Implementar de fato a Lei nº 10.639 de 2003 é fundamental para o avanço da consciência racial. Para isso, é preciso muito mais do que investimentos pequenos, como temos no Ministério da Igualdade Racial.

A superexploração da força de trabalho é uma realidade. A reforma trabalhista precarizou as relações. O fim da escala 6x1 é uma realidade urgente, por se tratar de um resquício do período escravocrata. Nos locais de moradia da periferia, onde vive a maioria da população negra, faltam condições dignas de habitação, com ausência de água, luz e saneamento. Na segurança pública, a violência policial tem como alvo os corpos negros, em especial, os da juventude. A privatização dos presídios e o avanço das comunidades terapêuticas irão aumentar ainda mais o encarceramento, algo que precisamos combater com todas as nossas forças. A questão do racismo religioso mobiliza os terreiros e membros de religiões de matriz africana. A luta contra o racismo ambiental é um tema não apenas na academia, mas em todos os espaços

da vida social. O PSOL tem que refletir essas lutas. É um partido que tem o desafio de lutar pelas ampliações das cotas no serviço público, mas também nos espaços educacionais e nas

esferas sociais. É preciso que o PSOL tenha altivez e incorpore a questão racial como parte central e estrutural do seu programa, combinando elementos de raça, gênero e classe. ■



Cadernos de debate

Dando continuidade ao processo de renovação programática que marca os 20 anos da legalização do PSOL, a FLCMF lança o **6 ° Caderno de Debates**, Contribuições Setoriais, com textos que refletem a diversidade de elaborações e ideias e que são a força do nosso partido.

